

Especial Europa em crise

CARLOS GASPAR, INVESTIGADOR DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“A sobrevivência da UE está hoje posta em causa”

○ Mais do que uma crise financeira ou económica, a construção europeia está a atravessar uma “crise existencial”. Não é a primeira, mas é a mais complexa

EVA GASPAR
egasp@negocios.pt

○ Carlos Gaspar, investigador e antigo director do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) analisa a actual crise que ameaça a construção europeia numa perspectiva histórica, para sublinhar que esta não é a primeira vez em que o fim do projecto europeu parece estar ao virar da esquina. Ao longo do meio século, houve outras duas “crises existenciais”. Esta é a terceira. Porventura a mais complexa.

○ **A crise do euro empurrou a União Europeia (UE) para o que muitos dizem ser a mais grave crise de sempre. Acha que a sobrevivência do projecto europeu está, de facto, ameaçada?**

Estou preocupado, evidentemente. Portugal não tem uma alternativa à sua integração na UE e o processo está a atravessar a sua terceira crise existencial, uma crise onde a sua sobrevivência está posta em causa.

○ **Quais foram as outras?**

A primeira foi a rejeição francesa da Comunidade Europeia de Defesa em 1954. Foi Eden [Anthony, chefe da diplomacia britânica e mais tarde primeiro-ministro] quem resolveu o impasse, quando reinventou a União da Europa Ocidental para integrar a República Federal da Alemanha na Aliança Atlântica. A segunda foi a unificação alemã, em 1990.

○ **A primeira foi resolvida pelo Reino Unido, a segunda pelos Estados Unidos.**

No essencial, sim. Foi resolvida pelos Estados Unidos, pela Alemanha e pela União Soviética. George Bush, Helmut Kohl e Mikhail Gorbachev, contra todas as expectativas, chegaram a um acordo que assegurava a permanência da Alemanha unida na Aliança Atlântica e na Comunidade Europeia.

○ **Agora é a Alemanha quem pode resolver esta crise. Está na disposição de o fazer?**

Essa é a questão. Por um lado, a Alemanha confirmou a sua escolha europeia. A República Federal é o único Estado da Europa continen-

PERFIL

○ O HOMEM DOS PRESIDENTES

Carlos Gaspar passou a ser uma cara mais conhecida dos portugueses com a crise do euro e a partir do momento em que, depois da imprensa escrita, as televisões descobriram este mestre em Ciências Políticas e em Relações Internacionais pela Sciences Po, de Paris, que estudou Direito e História na Clássica de Lisboa, e que passara discretamente 20 longos anos como consultor ou assessor em política externa de três Presidentes da República: Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio. Ao longo da sua carreira, manteve sempre um pé na academia e na investigação, onde tem hoje assentes os dois. É co-fundador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), tendo passado recentemente a sua direcção a Nuno Severiano Teixeira. “Teoria das alianças” e “Os pequenos e médios Estados no sistema internacional” são alguns dos seus temas de investigação - sempre de actualidade para um país como Portugal.

tal que tem uma estratégia alternativa à integração europeia, mas escolheu sustentar a moeda única europeia e a continuidade da UE. Essa escolha tem um consenso alargado no Bundestag, onde os democratas-cristãos, os sociais-democratas e os “Verdes”, bem como a maioria dos liberais, são a favor da estratégia de consolidação da União. Mas, por outro lado, a opinião pública alemã é cada vez menos favorável à integração europeia e, sobretudo, à moeda única europeia.

○ **Não obstante o consenso da elite política, tem a Alemanha condições para salvar o euro?**

A Alemanha é um Estado federal sem um centro de decisão unificado e forte, como, por exemplo, a

França. Em 1949, quando os aliados definiram os termos da Lei fundamental, queriam uma Alemanha dividida e fraca e, em 1991, a unificação fez-se sem mudanças constitucionais. Ao mesmo tempo, tanto em França, como na Europa central, ou na Grécia, há uma resposta negativa às demonstrações de poder da Alemanha. Mesmo uma parte dos federalistas parece muito crítica em relação à Alemanha, o que é paradoxal. A unidade europeia precisa de uma Alemanha forte.

○ **E a França?**

A estratégia da Alemanha assenta na aliança com a França, tal como, no passado, a estratégia da França assentava na aliança com a Alemanha. Mas há uma inversão de posições. No passado, a questão alemã era o problema principal, nesta crise, a França é, ou arrisca-se a ser, um problema sério. Esta crise não é uma crise periférica, nem uma crise estritamente financeira. É uma crise do modelo social europeu, que tem de ser reformado para poder sobreviver sem minar a democracia pluralista, a soberania dos Estados nacionais e a competitividade internacional das economias europeias. A Alemanha já fez uma parte importante dessa reforma, mas a França continua a adiar.

○ **As eleições francesas podem mudar essa tendência? E na Alemanha?**

As eleições presidenciais francesas vão ser decisivas. Aparentemente, a coligação gaulista do Presidente Nicolas Sarkozy está esgotada e, provavelmente, só uma coligação socialista e liberal à volta da candidatura de François Hollande poderá fazer as reformas indispensáveis. A coligação alemã não está esgotada, mas pode haver uma ruptura dos liberais ou a necessidade de regressar a uma grande coligação. Nesse quadro, as eleições alemãs, previstas para 2013, podem ser antecipadas.

○ **O Reino Unido saiu do último Conselho Europeu ainda mais isolado. É uma circunstância conjuntural ou o início de um processo de ruptura com a UE?**

Ao Reino Unido é duplamente

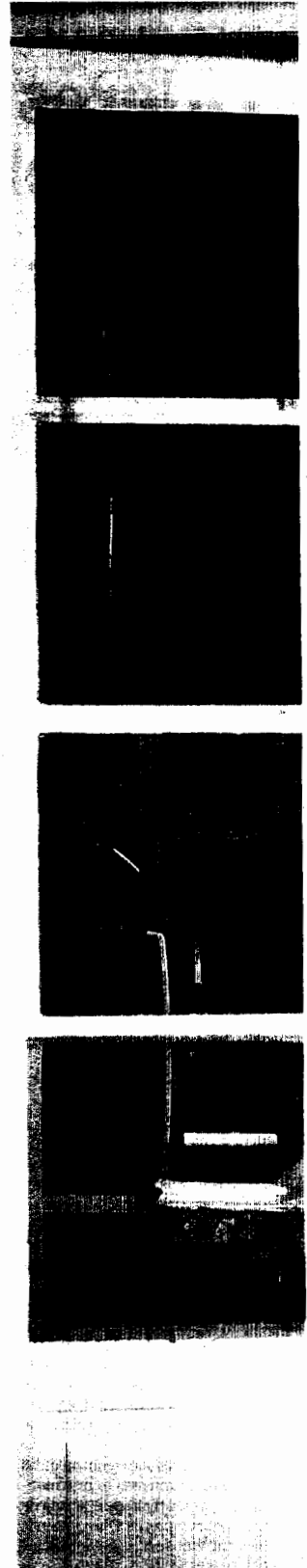
indispensável para o futuro da Europa. Por um lado, é o garante europeu da continuidade da Aliança Atlântica e, por outro lado, é indispensável para garantir o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa. E a UE vai ter de se empenhar a fundo na dimensão de segurança e defesa perante a redefinição das prioridades estratégicas dos Estados Unidos. Na Líbia, a intervenção militar foi comandada pela França e pelo Reino Unido. No Golfo Pérsico, o Reino Unido e a França enviaram unidades navais para acompanhar o grupo de combate norte-americano que passou o estreito de Ormuz, e são os dois Estados europeus que têm bases no Golfo Pérsico.

○ **Mas as relações com a Europa e em particular com a França permanecem tensas e David Cameron parece ter cedido à ala mais eurocética do seu partido.**

É verdade e é outra parte do problema. Mas a parte maior do problema foi desfeita pela crise. A crise europeia parece ter convencido os europeus de que a UE não era um exemplo para o mundo inteiro e muito menos uma “potência normativa” que ia definir o modelo de ordenamento das relações internacionais. As grandes ilusões do pós-Guerra Fria sobre o futuro da Europa, que levaram, entre outras, à moeda única, prejudicaram fortemente a integração europeia. Hoje, ninguém pensa que a UE é um modelo e, provavelmente, só Henry Kissinger ainda está interessado em ter o número de telefone da União.

○ **O euro foi um erro?**

O euro está no centro do contrato desigual entre François Mitterrand e Helmut Kohl, cujos termos estão resumidos na célebre frase “Half of the Deutsche Mark for Mitterrand, the whole of Germany to Kohl”. É parte integrante da UE, que não sobreviveria ao fim da moeda única. Mas o consenso europeu anti-americano, que entretanto foi substituído por uma versão morna do velho consenso euro-atlantista de Robert Schuman e Konrad Adenauer, prejudicou a construção europeia numa fase crucial.



Bruno Simão

Hoje, ninguém pensa que a UE é um modelo e, provavelmente, só Henry Kissinger ainda está interessado em ter o número de telefone da União.

Há uma resposta negativa às demonstrações de poder da Alemanha, mesmo dos federalistas, o que é paradoxal. A unidade europeia precisa de uma Alemanha forte.

É natural que a Espanha queira evitar o “contágio” português, mas não se pode querer ter essa orientação e pretender ser um aliado fiável e constante.

“A nossa soberania defende-se com aliados seguros e parcerias europeias”

As privatizações são instrumentos “cruciais” da política externa e de alianças. Vender a EDP a chineses não terá sido a opção mais acertada

Carlos Gaspar não tem dúvidas de que, sobretudo no actual contexto, em que Portugal subsiste graças a ajuda externa fornecida pelos parceiros europeus e pelo FMI, a escolha das empresas (e respectiva nacionalidade) a quem o Estado vende participações em sectores estratégicos é um “instrumento crucial” da política externa e de alianças do país. Embora reserve uma opinião definitiva para o fim das privatizações, não parece convencido dos méritos da venda da EDP à estatal chinesa.

Portugal é um dos três resgatados do euro, um clube ao qual ninguém quer pertencer e com quem ninguém quer fazer alianças. Nesta crise, continua a precisar sobretudo da aliança com a Comissão Europeia?

Claro que precisa. É difícil imaginar o que teriam sido as consequências para Portugal desta crise sem a Comissão Europeia e se o Presidente da Comissão Europeia não fosse um português. Mas a Comissão Europeia não é um Estado e as alianças fundamentais fazem-se entre os Estados.

E com quem deve tentar aliar-se?

O ciclo da aliança espanhola, que dominou a política portuguesa nos últimos anos, deve estar a chegar ao fim. A interrupção das reuniões bilaterais anuais entre Portugal e a Espanha desde que se tornaram claras as dificuldades portuguesas demonstraram de uma forma demasiado eloquente os limites da aliança espanhola. É natural que a Espanha tenha querido fazer tudo para evitar o “contágio” português, mas não se pode querer ter essa orientação e pretender ser um aliado fiável e constante.

E qual é a alternativa a “Espanha, Espanha, Espanha”?

Historicamente, nos piores momentos, Portugal procurou uma aliança com a principal po-

tência marítima e com a principal potência europeia, que nem sempre são uma e a mesma. Mas há um problema adicional nessa estratégia de alianças tradicional, porque, neste momento, o principal aliado quer dos Estados Unidos, quer da Alemanha, na Península Ibérica, é a Espanha e não Portugal, o que prejudica seriamente a nossa posição internacional.

Acha que a privatização da EDP compromete essa estratégia tradicional de alianças, ao privilegiar uma empresa estatal chinesa em detrimento de uma privada de um país aliado e com o peso da Alemanha?

A avaliação do processo de privatizações deve fazer-se no final. Obviamente, as privatizações são um instrumento crucial para definir o quadro das alianças externas de Portugal. A nossa soberania defende-se com aliados seguros, com a formação de parcerias europeias para criar instituições financeiras e empresariais em regimes de co-soberania, e com o reforço das posições privadas portuguesas nas nossas “companhias majestáticas”, se ainda se pode usar essa designação.

E uma empresa detida pelo Estado chinês dá essas garantias? Pode a China ser um país aliado?

A China tem uma estratégia europeia, ao contrário da União Europeia, onde cada Estado tem a sua estratégia chinesa. Há um problema europeu de articulação estratégica que tem vindo a ser tratado informalmente, mas devia ser objecto de decisões antes da próxima direcção chinesa estar instalada no poder.

E o que antecipa que vá acontecer?

Na China as mudanças são constantes e a próxima direcção chinesa, mais política e menos burocrática, vai ter iniciativas importantes na política externa, designadamente em relação aos Estados Unidos, para decidir se existe um quadro de convergência entre as duas principais potências internacionais ou se a divergência e a competição são a tendência mais forte. É uma questão crucial para os Estados Unidos e para a China, mas também para a União Europeia.

